

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita dos serviços prestados

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.8 e nº 14 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda substancialmente de: (i) prestação de serviços tarifários com gestão da infraestrutura aeroportuária incluindo serviços de embarque e conexão de passageiros, além de pouso e permanência de aeronaves; e capatazia e armazenamento de cargas; e (ii) prestação de serviços não-tarifários com a exploração de atividades econômicas no espaço aeroportuário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que representa o segundo ano de operação da Companhia, foi reconhecido a receita líquida de R\$277.711 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: i) aos valores envolvidos; ii) da área ter demandado forte interação com a Administração; e iii) aos requerimentos regulatórios para cumprir com o contrato de concessão relacionados a tarifas praticadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos vinculados ao contrato de concessão, entre outros; (ii) entendimento e avaliação dos processos e dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita não faturada; (iii) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação de determinado sistema que afeta o reconhecimento contábil da receita; (iv) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (v) projeção, de forma independente, dos saldos da receita com passageiros e aeronaves; e (vi) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controle relacionadas ao reconhecimento da receita de serviços prestados, que nos levou a alterar a abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita relacionada de serviços prestados, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

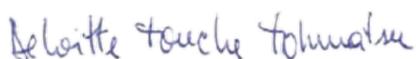
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

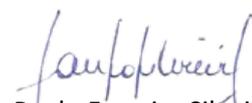
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 29 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	149.617	274.517	Fornecedores	8	60.446	47.332
Contas a receber	6	26.976	28.745	Adiantamento de clientes		5.270	3.091
Estoque		3.217	1.257	Obrigações trabalhistas		12.742	6.877
Impostos a recuperar		30.183	22.051	Partes relacionadas	9	80.534	68.839
Partes relacionadas		465	-	Impostos a recolher		32.946	21.668
Despesas antecipadas		1.700	1.811	Outras contas a pagar		1.330	1.285
Adiantamentos diversos		2.473	11.065	Total dos passivos circulantes		193.268	149.092
Total dos ativos circulantes		214.631	339.446				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTES			
Depósito judicial		29	12	Empréstimos e financiamentos	10	940.674	685.402
Impostos diferidos	18	18.117	18.150	Provisão para manutenção técnica	11	40.993	27.874
Imobilizado		1.889	1.395	Provisão para demandas judiciais	12	160	363
Intangível	7	1.222.898	739.408	Total dos passivos não circulantes		981.827	713.639
Total dos ativos não circulantes		1.242.933	758.965				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	278.400	253.600
				Reserva de lucros		4.069	(17.920)
				Total do patrimônio líquido		282.469	235.680
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.457.564</u>	<u>1.098.411</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.457.564</u>	<u>1.098.411</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	14	277.711	279.484
Receita de construção	14	<u>374.181</u>	<u>46.944</u>
		651.892	326.428
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	15	(178.306)	(191.549)
Custo de construção	15	<u>(374.181)</u>	<u>(46.944)</u>
LUCRO BRUTO		99.405	87.935
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(28.505)	(25.607)
Despesas com vendas	16	(909)	(3.125)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>286</u>	<u>(363)</u>
		(29.128)	(29.095)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		70.277	58.840
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	30.371	26.719
Despesas financeiras	17	<u>(69.187)</u>	<u>(91.365)</u>
		(38.816)	(64.646)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		31.461	(5.806)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	18	(9.400)	(10.201)
Diferidos	18	<u>(33)</u>	<u>14.681</u>
		(9.433)	4.480
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>22.028</u>	<u>(1.326)</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (em Reais - R\$)		<u>0,0829</u>	<u>(0,0052)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	22.028	(1.326)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício/período	<u>22.028</u>	<u>(1.326)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Lucro ou (prejuízo) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		253.600			(16.594)	237.006
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.326)	(1.326)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>253.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.920)</u>	<u>235.680</u>
Aumento de capital	13	24.800			-	24.800
Lucro do exercício		-			22.028	22.028
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal			205	-	(205)	-
Dividendos obrigatórios			-	-	(39)	(39)
Constituição de reserva de retenção de lucros			-	3.864	(3.864)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>278.400</u>	<u>205</u>	<u>3.864</u>	<u>-</u>	<u>282.469</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício/período		22.028	(1.326)
Ajustes para conciliar o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	18	9.433	4.480
Depreciação e amortização	15	18.477	15.962
Provisão para manutenção técnica	11	3.819	27.874
Provisão para perdas esperadas	6 e 16	909	3.111
Juros e variações monetárias líquidas		66.324	86.827
Provisão para demandas judiciais	12	(203)	363
Amortização custo de captação	10	1.001	-
Variação dos ativos e passivos:			
Contas a receber		(252)	(25.634)
Estoque		(1.960)	(1.257)
Impostos a recuperar		(8.132)	(22.051)
Despesas antecipadas		111	1.811
Adiantamentos diversos		8.592	(10.471)
Deposito judicial		(17)	(12)
Fornecedores		13.114	33.360
Adiantamento de clientes		2.179	3.091
Obrigações trabalhistas		5.865	6.877
Impostos a recolher		4.994	19.179
Outras contas a pagar		45	1.285
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>146.327</u>	<u>143.469</u>
Juros pagos	10.ii	(18.538)	(10.929)
Impostos sobre o lucro pagos		(3.116)	(31.457)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>124.673</u>	<u>101.083</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado		(867)	(2.305)
Adições ao intangível	7	(482.924)	(87.912)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(483.791)</u>	<u>(90.217)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	13	24.800	-
Captação de financiamento	10	199.197	831.181
Partes relacionadas		12.057	38.274
Pagamento de financiamento	10	-	(674.281)
Custos de captação de financiamento	10	(1.836)	(22.269)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>234.218</u>	<u>172.905</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(124.900)</u>	<u>183.771</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	274.517	90.746
No fim do exercício	5	<u>149.617</u>	<u>274.517</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(124.900)</u>	<u>183.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
Receita bruta de serviços prestados	14	322.051	324.378
Receita de construção	14	374.181	46.944
Outras receitas operacionais		80	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção	15	(374.181)	(46.944)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(132.897)	(156.545)
VALOR ADICIONADO BRUTO		189.234	167.833
Depreciação e amortização	15	(18.477)	(15.962)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		170.757	151.871
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	17	30.371	26.719
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		201.128	178.590
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		42.609	39.117
Benefícios		9.335	7.739
FGTS		2.028	1.720
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		37.271	24.200
Estaduais		382	680
Municipais		17.567	14.366
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	17	66.078	87.628
Aluguéis		507	671
Outros		3.323	3.795
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro (prejuízo) retido		22.028	(1.326)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		201.128	178.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“CAAM”, “Bloco Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Manaus – AM - Eduardo Gomes (“Aeroporto de Manaus”), de Porto Velho – RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira (“Aeroporto de Porto Velho”), de Rio Branco – AC – Plácido de Castro (“Aeroporto de Rio Branco”), de Boa Vista – RR – Atlas Brasil Cantanhede (“Aeroporto de Boa Vista”), de Cruzeiro do Sul – AC (“Aeroporto de Cruzeiro do Sul”), de Tabatinga – AM (“Aeroporto de Tabatinga”) e de Tefé - AM (“Aeroporto de Tefé”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos da Amazônia.

Contrato de concessão

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do “Bloco Norte”, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos (“Contratos de Concessão”).

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário dos Aeroportos da Amazônia, a Companhia pagou em 28 de setembro de 2021 uma contribuição inicial fixa de R\$429.818, decorrente da oferta realizada no respectivo leilão.

A Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável nos percentuais de acordo com a tabela abaixo sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	0,79%
Sexto ano	1,58%
Sétimo ano	2,37%
Oitavo ano	3,16%
Até o final da concessão	3,95%

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias relacionadas à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

Início das operações

Após a assinatura do contrato de concessão e depois de satisfeitos todos os requerimentos iniciais, como contratação de garantias, integralização mínima de capital, pagamento de outorga inicial e de valores decorrentes do leilão, tivemos a data de eficácia do contrato de concessão, no dia 22 de outubro de 2021.

A partir da data de eficácia foram disponibilizados 40 dias para a elaboração e apresentação do PTO – Plano de Transferência Operacional para a ANAC. A agência teve mais 40 dias para avaliar e aprovar o plano, e após a aprovação a Concessionária passou a ter o direito de exploração dos 7 Aeroportos do Bloco Norte entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022.

As transferências operacionais dos Aeroportos da Amazônia, antes administrados pela INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, ocorreram de forma sequencial de acordo com o quadro abaixo:

Aeroporto	UF	Data de Início
Aeroporto de Manaus	AM	11 de janeiro de 2022
Aeroporto de Rio Branco	AC	25 de janeiro de 2022
Aeroporto de Cruzeiro do Sul	AC	29 de janeiro de 2022
Aeroporto de Boa Vista	RR	8 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Porto Velho	RO	12 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tabatinga	AM	16 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tefé	AM	18 de fevereiro de 2022

Fases contratuais

Considerando que a data de eficácia do contrato de concessão é o dia 22 de outubro de 2021 e que a Fase I-A foi o período de transferência das operações do operador aeroportuário para a Concessionária conforme as datas ilustradas acima, a próxima fase denominada Fase I-B, que é o período de ampliação e adequação dos aeroportos pela Concessionária conforme o que está especificado no PEA, tem previsão de término em 22 de outubro de 2024.

O início da Fase II que é a fase em que a Concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária e o nível de serviço requerido se iniciará imediatamente após o término da Fase I-B citada acima e seu término será o fim do prazo contratual de concessão.

Plano de investimentos

De acordo com o Anexo 02 – Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do contrato de concessão, existem investimentos necessários para a adequação da infraestrutura, para que possibilite a adequada prestação de serviços aos usuários.

Em 2023 foram iniciadas as obras pelas empresas responsáveis pela execução das obras de ampliação e melhorias das infraestruturas aeroportuárias dos sete aeroportos integrantes da concessão sem alterações na previsão de término relativa à Fase I-B.

Financiamento

A fim de efetuar o pagamento da outorga inicial à ANAC em 28 de setembro de 2021, além dos estudos e investimentos iniciais, a Companhia contratou um financiamento ponte sob forma de debêntures, no montante de R\$600.000 em setembro de 2021 com 2 bancos (nota 10), e conta também com o suporte do acionista que até 31 de dezembro de 2022 havia subscrito a quantia de R\$760.000 de capital, que de acordo com o contrato de concessão, poderá ser mantido capital social subscrito e integralizado, de no mínimo R\$178.157 após o término dos investimentos previstos na seção 7 do Anexo 2 do PEA – Plano de Exploração Aeroportuária, com R\$278.400 já integralizado (nota 13). Este financiamento ponte foi integralmente quitado em 27 de dezembro de 2022 com o recebimento dos recursos do Financiamento de Longo Prazo.

Para a realização das obras de ampliação e melhorias a serem executadas até o fim da fase 1-B (fase que contempla as atividades de ampliação e adequação do Aeroporto, e que deverá ocorrer até o fim de 2024, conforme Contrato de Concessão), bem como efetuar o pagamento do financiamento ponte, a Companhia contratou um financiamento de longo prazo, no montante total de R\$1.350.000, sendo R\$600.000 via emissão de debêntures e R\$750.000 via cédula de crédito bancário (BASA).

No âmbito do financiamento de Longo Prazo foram recebidos, em dezembro de 2022, R\$457.000 relativos a primeira série das debêntures e R\$249.181 relativos ao primeiro desembolso e R\$ 199.197 (nota 10) relativos ao segundo desembolso da cédula de crédito bancário. Os próximos desembolsos estão previstos para ocorrer em 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.6. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o OCPC 05 – item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, o OCPC 05 – item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

(ii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado ao valor justo na data inicial, sendo a amortização calculada pela curva de demanda chamada de WLU (*workload unit*) ao longo do prazo da concessão.

3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo não circulante, de acordo com o calendário de pagamentos, no qual o primeiro pagamento será, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 10).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Reconhecimento de receita

3.8.1. Receitas de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

- i) Receita tarifária - Receita de serviços tarifários são reconhecidos quando há a efetiva utilização dos serviços, equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Esses serviços são prestados e tarifados de acordo com as regras previstas no contrato de concessão e com as diretrizes do órgão regulador - ANAC.
- ii) Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto como: cessão de espaços, exploração de serviços de estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a efetiva prestação do serviço.

3.8.2. Receitas de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente considerando a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e detalhado na nota 3.6(i). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos. A administração entende, baseado em análises e cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

3.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Devido ao fato de não haver efeitos diluidores, o resultado por ação básico é igual ao resultado por ação diluído.

3.10. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Mudanças das práticas contábeis e divulgações Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Norma	Descrição da alteração
IAS 12 / CPC 32: Tributos sobre o lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	<p>As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.</p>
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	<p>A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.</p>
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	<p>As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.</p>
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	<p>As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.</p>

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da norma
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

Não houve novas publicações até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

3.12. *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de *impairment*.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Abaixo detalhamos os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos a valor presente dos gastos estimados futuros levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da perda de crédito estimada (“PCE”)

Ao mensurar a PCE a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização no resultado de acordo com a WLU (*workload unit*), respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundo fixo	491	114
Bancos conta movimento	21.176	38.804
Aplicações financeiras	<u>127.950</u>	<u>235.599</u>
	<u>149.617</u>	<u>274.517</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB remunerados a taxas que variam entre 102% a 103,2% dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB (95% e 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	30.996	31.856
(-) Perda de crédito esperada	<u>(4.020)</u>	<u>(3.111)</u>
	<u>26.976</u>	<u>28.745</u>

(a) Movimentação da perda de crédito esperada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(3.111)	-
Provisão	(2.792)	(3.630)
Reversão	<u>1.883</u>	<u>519</u>
Saldo no final do exercício	<u>(4.020)</u>	<u>(3.111)</u>

As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da atual condição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda de crédito esperada para a maior parte do contas a receber que continham faturas vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações individualizadas por cliente.

(b) Composição do contas a receber por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	24.505	18.750
< 30	1.811	3.597
31-60	622	2.492
61-90	323	1.501
91-120	63	1.207
>120	<u>3.673</u>	<u>4.309</u>
	<u>30.996</u>	<u>31.856</u>

7. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	429.818	(28.118)	401.700	420.474
Direito de exploração	(*)	287.312	(5.600)	281.712	235.090
Software	20	3.755	(211)	3.544	3.032
Adiantamento à fornecedores	-	75.072	-	75.072	12.974
Intangível em andamento	-	460.870	-	460.870	68.018
		<u>1.256.827</u>	<u>(33.929)</u>	<u>1.222.898</u>	<u>739.408</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de demanda de passageiros e cargas (WLU – *workload unit*) conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2023 é de 2,143% a.a. e 2,174% a.a. em 2022. Os encargos financeiros capitalizados em 2023 foram de R\$18.670 (R\$1.490 em 2022) conforme nota explicativa 10.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	739.408	670.258
(+) Adições ao intangível – direito de concessão	-	26.580
(+) Juros capitalizados (nota 10.ii)	18.670	1.490
(+) Adições ao intangível em andamento (nota 14 e 15)	374.181	45.454
(+) Adiantamentos à fornecedores	62.278	12.794
(+) Adição de software	604	3.084
(+) Adições	45.861	-
(-) Baixas	-	(4.428)
(-) Amortizações	(18.104)	(15.824)
Saldo no final do exercício	<u>1.222.898</u>	<u>739.408</u>

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01 / IAS 36, para bens com vida útil definida somente é necessário realizar o teste de impairment uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indícios de impairment para que o teste fosse realizado.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	60.446	47.016
Fornecedores estrangeiros	-	316
	<u>60.446</u>	<u>47.332</u>

Em 31 de dezembro de 2023, estão registrados valores à título de retenções contratuais na rubrica de fornecedores nacionais o montante de R\$ 16.505. Essas retenções estão previstas para serem devolvidas em período inferior de 12 meses.

9. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	<u>31/12/2023</u>					<u>31/12/2022</u>
	<u>Saldo contábil</u>		<u>Transações</u>			<u>Saldo contábil</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Despesas</u>	<u>Gastos Capitalizados</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Passivo</u>
VINCI Airports SAS (i)	44.313	-	5.543	-	39	40.610
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	35.496	-	15.401	-	-	28.033
VINCI Concessions (iii)	725	465	64	-	-	196
Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados LTDA (iv)	-	-	-	17.413	-	-
Total	<u>80.534</u>	<u>465</u>	<u>21.009</u>	<u>17.413</u>	<u>39</u>	<u>68.839</u>

- (i) Refere-se a reembolso de gastos incorridos relativos em particular ao leilão, às garantias de financiamento, gastos com apoio a implantação da concessão, consultoria técnica, uso da marca, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a gastos com mão-de-obra, máquinas e equipamentos e reembolso de despesas pagas com prazo contratual de 4 anos e com emissões mensais de cobrança, com prazo de 20 dias para pagamento sem previsão de juros contratuais.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados na nota explicativa 16.

- (iv) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão e adequação dos complexos aeroportuários. No ativo, na rubrica do intangível, estão classificados adiantamentos à fornecedores no montante de R\$ 6.880.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures – 2ª emissão	R\$	513.775	457.632
Empréstimos	R\$	449.369	250.039
(-) Custos de captação	R\$	(22.469)	(22.269)
		<u>940.674</u>	<u>685.402</u>

Debêntures

A segunda emissão de debêntures da Companhia foi contratada no âmbito do financiamento de longo prazo do projeto em conjunto com a Cédula de Crédito Bancário (CCB) citada abaixo. Esta emissão foi estruturada da seguinte forma:

- 1ª série, desembolsada em 23 de dezembro de 2022 no valor de R\$457.000, com taxa de juros de IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de 7,17% ao ano, tendo amortização semestral e pagamento de juros mensalmente, com primeiro vencimento do principal em maio de 2026 e com vencimento final em novembro de 2046.
- 2ª série, com previsão de emissão para março de 2024, no valor de R\$143.000, com a mesmas condições da 1ª série.

Empréstimos

No âmbito do financiamento de longo prazo a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A. ("BASA") no valor total de R\$750.000.

O empréstimo é dividido em 2 subcréditos, "A" e "B", com taxas de juros contratuais de IPCA +1,6812% a.a. e IPCA + 2,0549% a.a. respectivamente, tendo pagamentos de juros mensalmente e amortização anual, com vencimento inicial em janeiro de 2026 e pagamento final em janeiro de 2046.

A 1ª liberação da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") foi realizada em 28 de dezembro de 2022, no valor de R\$249.181, sendo R\$35.329 do subcrédito "A" e R\$213.852 do subcrédito "B", já a 2ª liberação ocorreu no dia 14 de setembro de 2023, no valor de R\$ 199.250, sendo R\$ 28.249 do subcrédito "A" e R\$ 171.001 do subcrédito "B". São previstos mais dois desembolsos, a serem realizados em 2024, totalizando os R\$750.000 contratados.

(i) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2026	26.213	19.614
2027	41.585	29.572
2028 até 2046	895.345	658.486
	<u>963.143</u>	<u>707.671</u>

(ii) Movimentação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	685.402	484.858
(+) Captação	199.197	831.181
(+) Provisão de juros	56.778	75.352
(+) Encargos capitalizados (nota 7.ii)	18.670	1.490
(-) Pagamento de principal	-	(674.281)
(-) Juros pagos	(18.538)	(10.929)
(-) Custos de transação	(1.836)	(22.269)
(+) Amortização custo de transação	1.001	-
Saldo no final do exercício	<u>940.674</u>	<u>685.402</u>

(iii) Cláusulas de vencimento antecipado - *covenants*

As debêntures e as cédula de crédito bancário (BASA) possuem cláusulas de vencimento antecipado com cumprimento de obrigações financeiras e não-financeiras (“*covenants*”).

Para ambos os instrumentos de financiamento a Companhia é requerida anualmente a manutenção do valor mínimo de 1,3 do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) o qual possui seu cálculo especificado nos respectivos contratos.

Para o exercício de 2023, não há obrigação de aplicação de *covenants* financeiros que somente serão aplicáveis no exercício de 2025 e para os *covenants* não-financeiros não foram identificadas cláusulas não cumpridas.

(iv) Fianças bancárias

Para a CCB emitida junto ao BASA, são emitidas cartas de fiança bancária junto aos bancos conforme os desembolsos forem sendo realizados na proporção de: Santander (60,00%), BNP Paribas (26,67%) e ABC Brasil (13,33%).

Para o primeiro desembolso, realizado em 28 de dezembro de 2022 e para o segundo desembolso realizado em 14 de setembro de 2023, as cartas foram emitidas de acordo com a proporção indicada.

Existem *covenants* não-financeiros a serem cumpridos para as fianças bancárias, relacionadas principalmente à: cumprimento à legislação aplicável, uso dos recursos limitado ao escopo do projeto, pagar todas as obrigações de cunho previdenciário, ambiental, trabalhista, e tributária, envio de relatórios técnicos e financeiros de acordo com os prazos estipulados, não realizar determinadas operações financeiras sem prévia anuência dos fiadores entre outras obrigações.

11. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$40.993 (R\$27.874 em 2022) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem os quais se iniciam após 2025 e, por isso, foram classificados no passivo não circulante.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	27.874	-
(+) Adições	3.412	27.874
(+) Juros (nota 17)	9.300	-
(+) Outros	408	-
Saldo no final do exercício	<u>40.993</u>	<u>27.874</u>

12. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é réu em ações de causa indenizatórias trabalhistas no valor de R\$160 (R\$363 em 2022) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos trabalhistas.

A Companhia também tem ações de natureza administrativa e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$8.108 (R\$702 em 31 de dezembro de 2022).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 11 de junho de 2021, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“Vinci”), totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Vinci Airports SAS.

Em 1 de julho de 2021, foi subscrito o montante de R\$759.999 pela Vinci no capital da Companhia. Em 21 de julho de 2021 e em 16 de agosto de 2021 foram integralizados os montantes de R\$9.000 e de R\$244.600 no capital da Companhia, respectivamente.

Em 5 de Julho de 2023, foi integralizado o montante de R\$ 24.800 em moeda corrente nacional pela acionista Vinci Airport SAS, correspondente a 24.800.000 ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de Ações nominais	Capital social		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	481.600	278.400

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de Ações nominais	Capital social		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	506.400	253.600

14. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de embarque e conexão	89.486	72.210
Receita de pouso e permanência	36.542	32.539
Receita de armazenagem e capatazia	151.195	180.375
Receita de cessão de espaço	44.606	38.582
Outras receitas	222	672
	<u>322.051</u>	<u>324.378</u>
(-) Impostos sobre o faturamento	(43.986)	(44.894)
(-) Descontos e devoluções	(354)	-
Receita líquida	<u>277.711</u>	<u>279.484</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2023, o montante referente a receita de construção registrada foi de R\$374.181 (R\$46.944 em 2022).

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Operações aeroportuárias	(77.331)	(69.858)
Conservação e manutenção	(34.224)	(30.716)
Custos com pessoal	(27.272)	(24.805)
Depreciação e amortização	(18.477)	(15.962)
Gastos gerais	(9.548)	(14.246)
Seguros e Garantias	(5.041)	(4.720)
Provisão para manutenção técnica (nota 11)	(3.820)	(27.874)
Material, equipamentos, aluguel e manutenção de veículos	(2.593)	(3.368)
Total dos custos operacionais	<u>(178.306)</u>	<u>(191.549)</u>

(b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$374.181 (R\$46.944 em 2022) como custo de construção.

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(15.198)	(14.450)
Viagens	(1.746)	(1.779)
Comunicação, marketing e publicidade	(2.095)	(1.751)
Consultoria e assessoria	(1.986)	(1.389)
Honorários da diretoria	(1.230)	(758)
Outros gastos gerais e administrativos	(6.250)	(5.480)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(28.505)</u>	<u>(25.607)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Perda de crédito esperada	(909)	(3.111)
Perdas permanentes	-	(14)
Total das despesas com vendas	<u>(909)</u>	<u>(3.125)</u>
	<u>(29.414)</u>	<u>(28.732)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	26.499	21.331
Juros recebidos	1.112	807
Descontos obtidos	10	36
Outras receitas financeiras	2.750	4.545
Total das receitas financeiras	<u>30.371</u>	<u>26.719</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(56.778)	(87.628)
Juros sobre passivos de longo prazo	(9.300)	-
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(112)	(28)
Variação cambial passiva	(865)	(6)
Outras despesas financeiras	(2.132)	(3.703)
Total das despesas financeiras	<u>(69.187)</u>	<u>(91.365)</u>
	<u>(38.816)</u>	<u>(64.646)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	31.461	(5.806)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(10.697)	1.974
<u>Diferenças permanentes</u>		
Despesas indedutíveis	22	4
Outras adições permanentes	3.603	2.502
Compensação de prejuízos fiscais	(2.361)	-
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(9.433)</u>	<u>4.480</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	(33)	14.681
IRPJ e CSLL Correntes	(9.400)	(10.201)
Total do IRPJ e CSLL	<u>(9.433)</u>	<u>4.480</u>

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferido ativo – prejuízo fiscal e base negativa	-	2.361
Diferido ativo – diferenças temporárias	<u>18.117</u>	<u>15.790</u>
	<u>18.117</u>	<u>18.151</u>

Impostos diferidos - composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferenças temporárias		
Provisão para manutenção técnica	40.993	27.874
Provisão de fornecedores	-	12.205
Provisão para perda de créditos esperada	4.020	3.111
Provisão para demandas judiciais	160	363
Amortização custos de captação	4.069	-
Outras diferenças temporárias	<u>4.044</u>	<u>2.888</u>
	<u>53.286</u>	<u>46.441</u>
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Diferido ativo – diferenças temporárias	<u>18.117</u>	<u>15.790</u>

(iii) Saldos de antecipações de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos de pagamentos antecipados de IRPJ e CSLL oriundos dos recolhimentos realizados durante o exercício no montante de R\$11.461 (R\$10.466 em 31 de dezembro de 2022) registrados na rubrica de impostos a recuperar, que devem ser compensados com impostos devidos de períodos futuros.

19. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos operacionais (property)	Setembro/2024	R\$1.925.609
Responsabilidade civil aeronáutica	Dezembro/2024	USD 500.000*
Riscos de Engenharia	Dezembro/2026	R\$808.939
Excesso de Guerra (AVN 5G)	Dezembro/2024	USD 250.000*
Riscos Diversos (terrorismo)	Janeiro/2025	R\$340.000
Performance bond	Setembro/2024	R\$138.211
Responsabilidade Civil Obras	Dezembro/2024	R\$50.000
Responsabilidade civil ambiental	Março/2024	R\$38.000
Responsabilidade Civil Geral	Setembro/2024	R\$10.000
Seguro Frota	Julho/2024	R\$750

*Valor em milhares de dólares

Seguro riscos operacionais (property) AIG

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$1.925.609 mil para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 20 de setembro de 2024 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Starr)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares. Com vigência até 31 de dezembro de 2024 com um limite de indenizações em caso de sinistro de aproximadamente USD 500 mil.

Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de USD 250.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas – AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2024.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (Chubb)

Seguro com vigência até janeiro de 2024 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro performance bond (Pottencial)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$132.122. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 13 de setembro de 2024.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (Axa)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 19 de março de 2024 para indenizações por danos civis, relativa a reparações por danos materiais e/ou corporais causados à terceiros, ocorridos durante a vigência desde contrato e que decorram de riscos cobertos nele previstos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 3 e 5 anos</u>	<u>Maior que 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	75.440	-	-	-	75.440
Financiamento	-	77.274	105.937	1.172.950	1.356.161
Total	<u>75.440</u>	<u>77.274</u>	<u>105.937</u>	<u>1.172.950</u>	<u>1.431.601</u>

c) Gestão do risco de capital

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e Financiamentos	10	940.674	685.402
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(149.617)	(274.517)
Dívida Líquida		<u>791.057</u>	<u>410.885</u>
Total do patrimônio líquido		<u>282.469</u>	<u>235.680</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>2,801</u>	<u>1,743</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	149.617	274.517
Contas a receber	26.976	28.745
Adiantamentos diversos	2.473	11.065
Total dos ativos circulantes	<u>179.066</u>	<u>314.327</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	60.446	47.332
Adiantamento de clientes	5.270	3.091
Empréstimos e financiamentos	940.674	685.402
Outras contas a pagar	1.330	1.285
Total dos passivos circulantes	<u>1.007.720</u>	<u>737.110</u>

f) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber), incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Para as contas a receber a Companhia registra uma provisão para perdas esperadas de acordo com a probabilidade de os clientes honrarem com seus compromissos e para os valores relacionados a instituições financeiras, trabalha somente com bancos de primeira linha.

g) Risco de mercado

Risco da taxa de juros e inflação

Decorre da parcela da dívida atrelada à IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos financeiros na data de relatório. Para passivos com taxas de juros variáveis, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10 pontos base é usado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. No quadro abaixo, consideramos no cenário I a taxa de juros atual, no cenário II uma redução de 10 pontos base e para o cenário III um aumento de 10 pontos base:

Operação	Risco	Taxa	Saldo em			
			31/12/2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	CDI*	-3,18	149.617	(4.760)	(4.284)	(5.236)
Financiamento	IPCA*	4,62%	963.143	44.497	40.047	48.947

* As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

21. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro ou prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	23.123	(1.326)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	265.762	253.600
Resultado básico por ação e diluído - R\$	<u>0,0829</u>	<u>(0,0052)</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível (vide nota 7.ii)	18.670	1.490

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de janeiro de 2024, 15 de março de 2024 e em 05 de abril de 2024, a acionista Vinci Airports SAS integralizou capital no montante de R\$ 48.896, R\$ 38.710 e R\$ 23.880 respectivamente, via transferência de recursos em espécie.

Em 01 de fevereiro de 2024, a Concessionária recebeu o 3º desembolso do BASA nos montantes de R\$ 21.891 para o subcrédito A e R\$ 132.508 para o subcrédito B.

24. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 29 de abril de 2024.